

VI

CRISE ECOLÓGICA E CAPITALISMO A ALTERNATIVA ECOSSOCIALISTA*

Michael Löwy¹

INTRODUÇÃO

A crise econômica e a crise ecológica resultam da mesma causa: um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria e que não conhece outro critério a não ser a expansão dos negócios e a acumulação de lucros. As duas crises são aspectos interligados de uma crise mais geral, a crise da civilização capitalista industrial moderna.

Há alguns anos, quando se falava dos perigos de catástrofes ecológicas, os autores se referiam ao futuro dos nossos netos ou bisnetos, algo que estaria no futuro logínquo, dentro de cem anos. Agora, porém, o processo de devastação da natureza, de deterioração do meio ambiente, e de mudança climática se acelerou a tal ponto que não estamos mais discutindo um futuro a longo prazo. Estamos discutindo processos que já estão em curso – a catástrofe já começou, esta é a realidade. E realmente estamos numa corrida contra o tempo para tentar impedir, breçar, tentar conter esse processo desastroso.

Quais são os sinais que mostram o caráter cada vez mais destrutivo da acumulação capitalista em escala global? O mais óbvio e perigoso é o processo de mudança climática que resulta dos gases emitidos pela indústria, agro-negócio e sistema de transporte existentes nas sociedades capitalistas modernas e que produzem o efeito estufa. Esta mudança, que já começou, terá como resultado não só o aumento da temperatura em todo planeta, mas a desertificação de

*DOI - 10.29388/978-65-86678-35-2-0-f.151-158

¹ Michael Löwy, sociólogo, nascido no Brasil, formado em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, e vive em Paris desde 1969. Diretor emérito de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

setores inteiros de vários continentes, a elevação do nível do mar, o desaparecimento de cidades marítimas – Veneza, Amsterdã, Hong-Kong, Rio de Janeiro – debaixo do oceano. Uma série de catástrofes que se colocam no horizonte dentro de vinte, trinta, quarenta anos, isto é, no futuro próximo.

Tudo isso não resulta do excesso de população, como dizem alguns, nem da tecnologia em si, abstratamente, ou tampouco da má vontade do gênero humano. Trata-se de algo muito concreto: das conseqüências do processo de acumulação do capital, em particular na sua forma atual, da globalização neoliberal sob a hegemonia do império norte-americano. Este é o elemento essencial, motor desse processo e dessa lógica destrutiva que corresponde à necessidade de expansão ilimitada – aquilo que Hegel chamava de “má infinitude” –, um processo infinito de acumulação de mercadorias, acumulação do capital, acumulação do lucro, que é inerente à lógica do capital.

Não se trata da “má vontade” de tal ou qual multinacional ou governo, mas da lógica do sistema capitalista, baseada na concorrência impiedosa, nas exigências de rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido; uma lógica que é necessariamente destruidora do meio ambiente e responsável da catastrófica mudança do clima. Os marxistas não são os únicos a terem chegado a esta conclusão. Na sua Encíclica "Laudato Si" (2015) o Papa Francisco observa que a destruição do meio ambiente resulta de um sistema econômico mundial, “[...] um sistema estruturalmente perverso de relações comerciais e de propriedade” baseado exclusivamente no “princípio de maximização do lucro”². A palavra “capitalismo” não aparece na Encíclica, mas a descrição do sistema não deixa muitas dúvidas.

A questão da ecologia, do meio ambiente é a questão do capitalismo; para parafrasear uma observação do filósofo da Escola de Frankfurt Max Horkheimer, – “[...] se você não quiser falar do capitalismo, não adianta falar do fascismo” – eu diria também: se você não quer falar do capitalismo, não adianta falar do meio ambiente, porque a questão da destruição, da devastação, do envenenamento ambiental é produto do processo de acumulação do capital.

² FRANCISCO, Carta Encíclica *Laudato si*, Vaticano, 2015.189 p. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_enciclica-laudato-si.html > Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

Logo, a questão que se coloca é a de uma alternativa, mas de uma alternativa que seja anti-sistêmica, isto é, anticapitalista.

As tentativas de soluções “moderadas” ou “compatíveis com a economia de mercado” se revelam completamente incapazes de enfrentar esse processo catastrófico. O chamado Tratado de Kioto está muito aquém, quase infinitamente aquém, do que seria o necessário, e ainda assim, o governo norte-americano, principal poluidor, campeão da poluição planetária, recusa-se a assinar. O Tratado de Kioto, na realidade, propõe resolver o problema das emissões de gases de estufa através do assim chamado “mercado dos direitos de poluir”. As empresas que emitem mais CO₂ vão comprar de outras, que poluem menos, direitos de emissão. Isto seria “a solução” do problema para o efeito estufa! Obviamente, as soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que se adaptam às regras do mercado, que aceitam a lógica de expansão infinita do capital, não são soluções, são incapazes de enfrentar à crise ambiental – uma crise que se transforma, devido à mudança climática, numa crise de sobrevivência da espécie humana.

A conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática de dezembro de 2009 em Copenhagen foi mais um exemplo clamoroso da incapacidade – ou da falta de interesse – das potências capitalistas em enfrentar o dramático desafio do aquecimento global. A montanha de Copenhagen pariu um rato, uma miserável “declaração política”, sem nenhum compromisso concreto e cifrado de redução das emissões com efeito de estufa.

Finalmente, tivemos a Conferência de Paris (2015) em que se reconheceu a necessidade de impedir o aquecimento global de mais de 1,5 graus (acima da temperatura pré-industrial). Cada país (com exceção dos Estados Unidos, mais uma vez) se comprometeu voluntariamente a reduzir em uma certa porcentagem suas emissões de CO₂. Grande avanço! Dois pequenos problemas: 1) nenhum país cumpriu suas promessas (salvo algumas pequenas ilhas do Pacífico); 2) se todos os países cumprissem suas promessas, segundo cálculos de cientistas, ainda assim a temperatura do planeta superaria os 3,3 graus.

O fracasso destas reuniões internacionais ilustra a impossibilidade de uma solução nos marcos do sistema. Precisamos pensar, portanto, em alternativas radicais, alternativas que coloquem um outro horizonte histórico, mais além do capitalismo, mais além das regras de acumulação capitalista e da lógica do lu-

cro e da mercadoria. Como uma alternativa radical é aquela que vai à raiz do problema, que é o capitalismo, essa alternativa é o ecossocialismo, uma proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista. Existe hoje em escala mundial uma corrente ecossocialista: há um movimento ecossocialista internacional que por ocasião do Fórum Social Mundial de Belém (janeiro de 2009) publicou uma declaração sobre a mudança climática, e existe aqui, no Brasil, uma rede ecossocialista que publicou também um manifesto, há alguns anos. Ao mesmo tempo, o ecossocialismo é uma reflexão crítica. Em primeiro lugar, crítica à ecologia não socialista, à ecologia capitalista ou reformista, que considera possível reformar o capitalismo, atingir um capitalismo mais verde, mais respeitoso ao meio ambiente. Trata-se da crítica e da busca de superação dessa ecologia reformista, limitada, que não aceita a perspectiva socialista, que não se relaciona com o processo da luta de classes, que não coloca a questão da propriedade dos meios de produção. Mas o ecossocialismo é também uma crítica ao socialismo não ecológico, por exemplo, da União Soviética, onde a perspectiva socialista se perdeu rapidamente com o processo de burocratização e o resultado foi um processo de industrialização tremendamente destruidor do meio ambiente. Há outras experiências socialistas, porém, mais interessantes do ponto de vista ecológico, a experiência cubana, por exemplo.

Deste modo, o ecossocialismo implica uma crítica profunda, uma crítica radical das experiências e das concepções tecnocráticas, burocráticas e não ecológicas de construção do socialismo. Isso nos exige também uma reflexão crítica sobre a herança marxista, o pensamento e a tradição marxista, sobre a questão do meio ambiente. Muitos ecologistas criticam Marx por considerá-lo um produtivista, tanto quanto os capitalistas. Tal crítica me parece equivocada: ao fazer a crítica do fetichismo da mercadoria, é justamente Marx quem coloca a crítica mais radical à lógica produtivista do capitalismo, à ideia de que a produção de mais e mais mercadorias é o objetivo fundamental da economia e da sociedade. O objetivo do socialismo, explica Marx, não é produzir uma quantidade infinita de bens, mas sim reduzir a jornada de trabalho, dar ao trabalhador tempo livre para participar da vida política, estudar, jogar, amar. Portanto, Marx fornece as armas para uma crítica radical do produtivismo e, notadamente, do produtivismo capitalista. No primeiro volume de “O Capital”, Marx explica

como o capitalismo esgota não só as energias do trabalhador, mas também as próprias forças da Terra, esgotando as riquezas naturais, destruindo o próprio planeta. Assim, essa perspectiva, essa sensibilidade está presente nos escritos de Marx, embora não tenha sido suficientemente desenvolvida.

O problema é que a afirmação de Marx – e mais ainda, de Engels – de que o socialismo é a solução da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, foi interpretado por muitos marxistas de forma mecânica: o crescimento das forças produtivas do capitalismo se choca com os limites que são as relações de produção burguesas – a propriedade privada dos meios de produção – e portanto a tarefa da revolução socialista seria simplesmente destruir as relações de produção existentes, a propriedade privada, e permitir assim o livre desenvolvimento das forças produtivas. Parece-me que essa interpretação de Marx e de Engels deva ser criticada, porque ela pressupõe que as forças produtivas sejam algo neutro; o capitalismo as teria desenvolvido até um certo ponto e não pode ir além porque foi impedido por aquela barreira, aquele obstáculo que deve ser afastado para permitir uma expansão ilimitada. Essa visão deixa de lado o fato de que as forças produtivas existentes não são dotadas de neutralidade: elas são capitalistas em sua dinâmica e seu funcionamento e, portanto, são destruidoras da saúde do trabalhador, bem como do meio ambiente. A própria estrutura do processo produtivo, da tecnologia e da reflexão científica a serviço dessa tecnologia e desse aparelho produtivo, é inteiramente impregnada pela lógica do capitalismo e leva inevitavelmente à destruição dos equilíbrios ecológicos do planeta.

O que se necessita, por conseguinte, é uma visão muito mais radical e profunda do que seja uma revolução socialista. Trata-se de transformar não só as relações de produção, as relações de propriedade, mas a própria estrutura das forças produtivas, a estrutura do aparelho produtivo. Isto é, na minha concepção, uma das ideias fundamentais do ecossocialismo. Há que aplicar ao aparelho produtivo a mesma lógica que Marx aplicava ao aparelho de Estado a partir da experiência da Comuna de Paris, quando ele diz o seguinte: os trabalhadores não podem apropriar-se do aparelho de Estado burguês e usá-lo à serviço do proletariado, não é possível, porque o aparelho do Estado burguês nunca estará a serviço dos trabalhadores. Então, trata-se de destruir esse aparelho de Estado e criar um outro tipo de poder. Essa lógica tem que ser aplicada também ao

aparelho produtivo: ele tem que ser, senão destruído, ao menos radicalmente transformado. Ele não pode ser simplesmente apropriado pelos trabalhadores, pelo proletariado, e posto a trabalhar a seu serviço, mas precisa ser estruturalmente transformado.

A título de exemplo, o sistema produtivo capitalista funciona há séculos com base em fontes de energia fósseis, responsáveis do aquecimento global – o carvão e o petróleo – de modo que um processo de transição ao socialismo só é possível quando houver a substituição dessas formas de energia pelas energias renováveis, que são a água, o vento e, sobretudo, a energia solar. Por isso, o ecosocialismo implica uma revolução do processo de produção das fontes energéticas. É impossível separar a ideia de socialismo, de uma nova sociedade, da ideia de novas fontes de energia, em particular do sol – alguns ecosocialistas falam do comunismo solar, pois entre o calor, a energia do Sol, o socialismo e o comunismo haveria uma espécie de afinidade eletiva.

Mas não basta tampouco transformar o aparelho produtivo, é necessário transformar também o estilo, o padrão de consumo, todo o modo de vida em torno do consumo, que é o padrão do capitalismo baseado na produção massiva de objetos artificiais, inúteis, e mesmo perigosos. A lista de produtos, mercadorias e atividades empresariais que são inúteis e nocivas aos indivíduos, é imensa. Tomemos um exemplo evidente: a publicidade. A publicidade é um desperdício monumental de energia humana, trabalho, papel, árvores destruídas para gasto de papel, eletricidade etc., e tudo isso para convencer o consumidor de que o sabonete X é melhor que o sabonete Y – eis um exemplo evidente do desperdício capitalista. Logo, se trata de criar um novo modo de consumo e um novo modo de vida, baseado na satisfação das verdadeiras necessidades sociais, que é algo completamente diferente das pretensas e falsas necessidades produzidas artificialmente pela publicidade capitalista.

Uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo é necessária, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico. Isto significa uma economia de transição ao socialismo, na qual a própria população – e não as “leis do mercado” ou um Burô Político autoritário – decide, num processo de planificação democrática, as prioridades e os investimentos. Esta transição conduziria não só à um novo modo de produção e à uma sociedade mais igualitária,

mais solidaria e mais democrática, mais também à um modo de vida alternativo, uma nova civilização, ecossocialista, mais além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade, e da produção ao infinito de mercadorias inúteis.

Se ficarmos só nisso, porém, seremos criticados como utópicos. Os utópicos são aqueles que apresentam uma bela perspectiva de futuro, e a imagem de uma outra sociedade, o que é obviamente necessário, mas não é suficiente. O ecossocialismo não é só a perspectiva de uma nova civilização, uma civilização da solidariedade – no sentido profundo da palavra, solidariedade entre os humanos, mas também com a natureza –, como também uma estratégia de luta, desde já, aqui e agora. Não vamos esperar até o dia em que o mundo se transforme, não, nós vamos começar desde já, agora, a lutar por esses objetivos. Assim, o ecossocialismo é uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, das lutas de classe e das lutas ecológicas, contra o inimigo comum que são as políticas neoliberais, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o imperialismo americano, o capitalismo global. Este é o inimigo comum dos dois movimentos, o movimento ambiental e o movimento social. Não se trata de uma abstração, há muitos exemplos; aqui mesmo no Brasil, como um belo exemplo do que seja uma luta ecossocialista, tivemos o combate heróico de Chico Mendes, que pagou com sua vida seu compromisso de luta com os oprimidos.

Como essa, há muitas outras lutas. Seja no Brasil, em outros países da América Latina e no mundo inteiro, cada vez mais se dá essa convergência. Mas ela não ocorre espontaneamente, tem que ser organizada conscientemente pelos militantes, pelas organizações, é preciso construir uma estratégia ecossocialista, uma estratégia de luta convergindo as lutas sociais e as lutas ecológicas. Esta me parece ser a resposta ao desafio, a perspectiva radical de uma transformação revolucionária da sociedade para mais além do capitalismo. Sabendo que o capitalismo não vai desaparecer como vítima de suas contradições, como dizem alguns supostos marxistas – já um grande pensador marxista do começo do século XX, Walter Benjamin, dizia que, se temos uma lição a aprender, é que o capitalismo não vai morrer de morte natural, será necessário acabar com ele. Precisamos de uma perspectiva de luta contra o capitalismo, de um paradigma de ci-

vilização alternativo, e de uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, desde agora plantando as sementes dessa nova sociedade, desse futuro, plantando sementes do ecossocialismo.

A alternativa ecossocialista implica, em última análise, numa transformação revolucionária da sociedade. Mas que significa revolução? Walter Benjamin escrevia o seguinte em 1940: “As revoluções não são as locomotivas da história, como pensávamos. Elas são o ato da humanidade, que viaja neste trem, de tirar os freios de urgência”³. “O trem da civilização capitalista, do qual somos todos passageiros, está avançando, com uma velocidade crescente, em direção à um abismo constituído pela catástrofe ecológica e a mudança climática. Precisamos puxar os freios de urgência da revolução, antes que seja tarde demais.

³ Lowy, Michael. A revolução é o freio de emergência: Ensaio sobre Walter Benjamin. Disponível em <<https://autonomialiteraria.com.br/a-revolucao-e-o-freio-de-emergencia-atualidade-politico-ecologica-de-walter-benjamin/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.